



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
A Racionalização do Trabalho: questões teórico-práticas			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Marcílio Rodrigues Lucas¹	Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	Doutorando em Ciências Sociais
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Este trabalho pretende discutir, a partir de minha breve trajetória de pesquisa, as relações entre estudos de caso e trabalhos de caráter mais teórico. Para tanto, apresentarei os aspectos gerais de minhas pesquisas de mestrado e doutorado. A primeira delas – já concluída – analisou as transformações (técnicas, organizacionais e políticas) ocorridas numa unidade industrial pertencente a Votorantim, localizada em Três Marias-MG. Já a segunda, ainda em curso, problematiza os dilemas enfrentados pelo marxismo diante dos processos de racionalização do trabalho, os quais se manifestaram tanto em termos teóricos (em textos de autores como Lukács, Gramsci e Thompson, por exemplo) como em termos práticos, como se expressou nas tentativas de introdução do taylorismo nos primeiros anos da experiência soviética e que, posteriormente, culminaram no fenômeno “sthakanovista”.</p> <p>Buscarei demonstrar a insuficiência de uma polarização entre estudos “empíricos” e “teóricos”, já que a própria separação entre teoria e prática só tem sentido, dentro da proposta (metodológica, teórica e política) de Marx, para distinguir momentos de uma atividade mais ampla. Nesse sentido, em relação ao estudo de caso realizado, deve ser enfrentada a questão: como vincular as experiências concretas e particulares dos trabalhadores de Três Marias ao movimento sócio-histórico mais amplo e, ao mesmo tempo, evitar o estabelecimento de conexões – nos termos de Lukács – “puramente abstratas” e “estranhas à vida”? Por outro lado, no caso de um estudo “teórico”, caberia perguntar: como analisar dilemas enfrentados pelo marxismo, evitando uma postura “professoral” e descolada das dinâmicas e lutas concretamente travadas entre trabalhadores e capitalistas?</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Trabalho, trabalhadores, epistemologia			
ABSTRACT			
<p>This work intends to discuss, from my brief search trajectory, relations between case studies and more theoretical character jobs. For both, I will present the general aspects of my research of master and PhD. The first of them – already completed – examined the transformations (technical, organisational and political) occurred in an industrial unit in Votorantim, located in Três Marias-MG. Second, still ongoing, problematize the dilemmas faced by Marxism on rationalisation of work processes, which manifested themselves both in theoretical terms (on texts by authors like Lukács, Gramsci and Thompson, for example) how in practical terms expressed in their attempts to introduction of scientific management in the early years of the Soviet experience and subsequently culminated in the phenomenon "sthakanovista".</p> <p>Will demonstrate the inadequacy of a polarization between empirical "and" studies "theorists", since the own separation between theory and practice only makes sense within the proposal (theoretical, methodological and policy) Marx, to distinguish moments of a wider activity. Accordingly, compared to case study conducted, should be tackled the question: how to bind the concrete experiences and private workers of Três Marias to wider socio-historical movement and, at the same time, prevent the establishment of connections – in terms of Lukács – "purely abstract" and "foreign life"? On the other hand, in the case of a theoretical "study", would ask: how to analyze dilemmas faced by Marxism, avoiding a posture "professorial" and took off the dynamics and struggles in particular fought between workers and capitalists?</p>			
KEYWORDS			
Work, workers, epistemology			

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp – bolsista Cnpq.

A realidade abunda em combinações do mais raro e é o teórico que deve identificar nessas raridades a confirmação de sua teoria, traduzir para a linguagem teórica os elementos da vida histórica, e não o reverso, exigir que a realidade se apresente segundo o esquema abstrato. (Antonio Gramsci)

Introdução

Os estudos a respeito do trabalho nas sociedades capitalistas têm diante de si uma questão praticamente “imediate” a ser enfrentada: a problemática da racionalização contínua dos processos de trabalho. Trata-se de um elemento marcante desde a formação da grande indústria moderna no século XIX, descrita por Marx no primeiro livro de *O Capital*, passando pela difusão dos princípios tayloristas e fordistas (parcelamento rígido das tarefas e separação entre planejamento e execução), até os padrões mais recentes de empresas “enxutas”, que exigem trabalhadores “polivalentes” e “subjetivamente envolvidos” com a melhoria contínua do processo produtivo. Porém, a problemática da racionalização do trabalho não se restringiu às sociedades capitalistas. Nas “sociedades pós-revolucionárias” (MÉSZÁROS, 2002), especialmente no Estado soviético, uma série de questões se colocaram a esse respeito, o que se comprova pelo interesse de Lênin pelo taylorismo e, posteriormente, pelo surgimento do movimento stakhanovista em 1935, o qual tinha como *princípio* a implantação de processos de racionalização do trabalho, a partir da iniciativa dos próprios trabalhadores.

Assim, toda a dinâmica contraditória de transformação contínua dos elementos técnicos e dos “modelos gerenciais” da produção no século XX pode ser vista também – mas não só – por uma dimensão de *continuidade* no interior do processo de racionalização da produção, porém com sentidos e eficácia diferentes em cada setor produtivo e em cada contexto histórico. A partir desse apontamento, coloca-se a necessidade de reflexões a respeito do sentido mais geral da *dinâmica da racionalização do trabalho e da produção*. Tal reflexão depende da articulação entre categorias teóricas e situações histórico-concretas, de forma a que se possa por em evidência as determinações e os aspectos essenciais da questão. Para tanto, partirei de aspectos desenvolvidos nas minhas pesquisas de mestrado – um estudo de caso sobre as transformações ocorridas na Votorantim Metais Três Marias/MG (VMTM), a partir da década de 1990 – e de doutorado (ainda em curso), que tem como tema os dilemas do marxismo diante da temática da racionalização do trabalho. Não tenho a intenção de apresentar, mesmo que de forma breve, uma síntese – e muito menos os “resultados” – dessas pesquisas. O interesse desse trabalho é, a partir de tais investigações, pensar a temática em questão, demonstrando a importância da imbricação entre pesquisas teóricas e empíricas. De qualquer forma, é indispensável uma apresentação de cada um desses estudos, de forma que fique claro o sentido dos apontamentos que virão a seguir.

A pesquisa de mestrado evidenciou que a reestruturação produtiva da VMTM, pertencente a um dos maiores grupos empresariais do Brasil, caracterizou-se por um conjunto de mudanças técnico-organizacionais que modificaram profundamente o cotidiano da fábrica, no qual se pode destacar alguns elementos centrais: 1) inserção de novas tecnologias que possibilitam maior controle e integração das cadeias produtivas; 2) redução, em torno de 70%, do efetivo direto de funcionários, através de demissões e terceirizações; 3) prolongamento da jornada dos turnos de revezamento (além do uso recorrente de horas-extras); 4) flexibilização das formas de remuneração, principalmente com a introdução, em 1996, do Programa de Participação nos Resultados; 5) introdução de uma série de programas de gestão e controle da força de trabalho, voltados para a intensificação do ritmo de trabalho e para a exigência de maior envolvimento dos trabalhadores com os interesses empresariais. Tais mudanças tem estreita relação com a aplicação de princípios “toyotistas” de flexibilização e intensificação/ precarização do trabalho.

Já na pesquisa de doutorado me proponho a refletir sobre as posições de referências importantes do marxismo diante da temática da racionalização do trabalho. Para tanto, esta pesquisa se voltará para os dilemas e as tensões enfrentadas por Marx e pensadores marxistas da primeira metade do século XX, especialmente Lukács e Gramsci². Como buscar-se-á demonstrar neste texto, colocam questões fundamentais para se compreender elementos da “dialética da racionalização” do trabalho, já indicados por Marx. A partir da contraposição inicial entre os traços “idealistas” de determinada análise de Lukács (posteriormente reconhecidos pelo próprio autor) e os elementos “prático-políticos” trazidos por Gramsci, buscaremos um aprofundamento que permite estabelecer relações analíticas num plano qualitativamente superior, estabelecendo conexões e proximidades, indicando complementaridades, mas também demarcando as diferenças existentes. Além disso, deve ser evidenciado que as tensões e hesitações diante dessa temática estão relacionadas a dilemas colocados pela realidade concreta, impossíveis de resolução e enfrentamento no plano puramente teórico. Por isso apresentaremos tais questões vinculando-as a determinadas situações concretas, especialmente aos dilemas do Rússia pós-revolucionária, os quais se expressam nas posições de Lênin a respeito do taylorismo e no desenvolvimento do fenômeno stakhanovista. Assim, chegamos novamente à questão da relação entre teoria e contextos históricos específicos.

1. A articulação necessária

Na obra de Marx, fica patente a imbricação entre construções teóricas reveladoras de aspectos gerais e tendenciais do desenvolvimento capitalista e análises de contextos sócio-históricos

² Não se trata de uma escolha arbitrária. Ela se deve, em primeiro lugar, ao fato de que a primeira metade do século XX foi um momento histórico singular, no qual tanto a questão do “tecnicismo” quanto a da “emancipação” se colocavam na ordem do dia. Em segundo lugar, a preferência por esses autores marxistas se deve ao fato de que em suas obras aparece de forma mais visceral a dialética de afirmação e negação da racionalização do trabalho.

específicos, as quais demonstram não somente essas tendências, mas também as particularidades e singularidades de cada processo concreto. Essa imbricação pode ser percebida no interior de cada reflexão marxiana, mas também na articulação entre suas diferentes obras, sendo que umas se revelarão “mais teóricas” e outras “mais históricas”. Para Bianchi, as obras de cunho histórico concreto, relegadas por boa parte do marxismo, são de grande importância para se evitar teorizações herméticas, as quais tendem ao economicismo e/ou outras formas de determinismo. Nesse sentido, o “importante é encontrar nelas [obras de cunho histórico concreto] seu verdadeiro valor metodológico, verificando como aquelas formulações angulosas dos textos teóricos e programáticos tomavam formas plásticas nas análises históricas e políticas” (BIANCHI, 2008, p. 123).

No entanto, esse movimento entre as duas dimensões, apesar de indiscutivelmente necessário, é ponto de dificuldades, dilemas e polêmicas no campo do marxismo. Jessop aponta que as análises marxistas tendem a se dividir entre o enfoque da “teoria-do-capital” e o enfoque da “teoria-de-classe”. O primeiro tende a privilegiar a “lógica do capital” e, por isso, desprezar ou reduzir a importância da variedade de padrões de acumulação e de formas de lutas existentes “sob ‘leis’ econômicas gerais” (JESSOP, 2007, p. 104). Já o segundo, ao valorizar as experiências concretas particulares/singulares, tendem a negligenciar a forma em favor do conteúdo, do que resulta um empiricismo fragmentado. Em função dos dois riscos opostos, mas igualmente prejudiciais, o autor enfatiza a necessidade de “conceitos ‘teórico-estratégicos’ capazes de estabelecer ligações significativas entre as leis abstratas do movimento da forma-valor” e as “modalidades concretas das lutas econômico-sociais” (JESSOP, 2007, p. 104-105).

Em postura semelhante, Thompson, em sua crítica ao “teoricismo” de Althusser, aponta para centralidade dos “conceitos de junção” – como “necessidade”, “classe”, “determinação” – entre estrutura e processo para que se possa “passar dos circuitos do capital para o capitalismo; de um modo de produção altamente conceptualizado e abstrato, dentro do qual o determinismo surge como absoluto, para as determinações históricas como o exercício de pressões, como uma lógica do processo dentro de um processo maior (e por vezes contrabalançador)” (THOMPSON, 1981, p. 181). Para o autor, o conceito de “experiência” é um instrumento essencial para o necessário “diálogo entre a conceptualização e a confrontação empírica”, pois é através dela que “a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história” (idem, ibidem, p. 185-188).

Esse trabalho não tem por objetivo entrar diretamente na polarização expressa por esse debate, mas expor traços dessa imbricação necessária, enfocando a temática da racionalização do trabalho. Para isso, evitando a polarização entre teoricismo e empiricismo, começarei por alguns apontamentos sobre a articulação entre teoria e situações concretas ou, dito de outra maneira, entre tendências gerais e aspectos particulares/singulares de formações sócio-históricas concretas. Nesse sentido, cabe esclarecer que o sentido das categorias construídas por Marx é de apreender o

movimento do real, ou seja, “os modos de ser” e as “determinações da existência”. Nessa tentativa de apreensão, Marx admitia que é inerente à própria “maneira de proceder do pensamento”, na sua apropriação do concreto, a “ilusão” de conceber o real como resultado do pensamento (o “concreto pensado”), o que tem como consequência a tendência de colocar – ainda que inconscientemente – a teoria como algo que se sobrepõe à própria realidade social a ser explicada. Por isso, ele alerta que

é preciso ter sempre em conta (...) que as categorias exprimem portanto formas de modos de ser, determinações de existência, freqüentemente aspectos isolados dessa sociedade determinada (...) e que, por conseguinte, *essa sociedade de maneira nenhuma se inicia, inclusive do ponto de vista científico*, somente a partir do momento em que se trata dela *como tal* (MARX, 1983, p. 221).

A esse respeito, nos parece pertinente o alerta de Lukács para uma compreensão das categorias marxianas, principalmente em *O Capital*:

A estrutura interna de *O capital* foi o que mais causou dificuldades ao leitor superficial que *aceita sem críticas as categorias do pensamento*, próprias do desenvolvimento capitalista; pois, por um lado, a exposição leva a seu limite extremo o caráter capitalista de todas as formas econômicas e constitui um meio de pensamento em que essas formas capitalistas agem em estado puro, descrevendo *uma sociedade que “corresponde à teoria”* – portanto, uma sociedade inteiramente capitalizada, constituída apenas por proletários e capitalistas. Mas, por outro lado, tão logo essa concepção produz um resultado, tão logo esse *mundo de fenômenos dá mostras de se cristalizar no plano teórico*, no mesmo instante, o resultado obtido é dissolvido como simples aparência, como *reflexo invertido de relações invertidas*, reflexo que é apenas “a expressão consciente do movimento aparente”. (LUKÁCS, 2003, p. 76).

Esse “mundo de fenômenos” – que tende a se cristalizar no plano da teoria – constitui, nos termos de Marx, a “unidade da diversidade”, o concreto que é “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1983). Nesse sentido, uma teorização fechada tende a ignorar o conjunto de manifestações heterogêneas e “caóticas” cotidianamente observáveis na experiência das mulheres e homens de carne e osso. A esse respeito, nos parecem bastante fecundos os apontamentos de Lukács acerca da importância – em termos de conteúdo e de método – da “vida cotidiana”. O autor aponta que a *vinculação imediata entre os homens tomados particularmente e os “momentos de desenvolvimento” da economia e do ser social* tende a gerar apenas “conexões abstratas e, na sua abstração, estranhas à vida”, o que coloca a necessidade de se buscar a “zona intermediária concreta” onde se encontra o “nexo real” para o estabelecimento desta vinculação (LUKÁCS, 1994, p. 9). Esta zona de mediação é, para Lukács, a vida cotidiana, pois “somente através da mediação dessa esfera podem ser compreendidas cientificamente as relações e interações entre o mundo econômico-social e a vida humana” (idem, ibidem, p. 9).

Nesse sentido, a compreensão aprofundada dos processos sociais exige o estudo das *inter-relações* entre os *elementos particulares, imediatos e espontâneos* e aqueles de *maior grau de*

genericidade, as quais se dão na vida cotidiana, ou seja, no “teatro real da sua resolução” (idem, *ibidem*, p. 12). Por outro lado, superar as generalizações homogeneizadoras através da simples apresentação das manifestações “infinitamente heterogêneas” da “esfera da vida” seria um grande equívoco (idem, *ibidem*), do que resultaria uma espécie de “culto” ao fragmento e à contingência. Isso significa que é imprescindível um conjunto de categorias fundamentais que permita captar, a partir da “heterogeneidade universal” da vida cotidiana, os aspectos essenciais da dinâmica histórico-social, distinguindo os fenômenos de significado mais duradouro e decisivo daqueles mais superficiais e de menor amplitude, num movimento analítico que vise dar inteligibilidade às manifestações “caótico-heterogêneas” da vida humana. Os dois movimentos que formam essa proposta (metodológica, teórica e política), fundamentada na obra de Marx, são apresentados de forma esclarecedora por Mészáros:

A acepção marxiana é caracterizada pela reciprocidade dialética entre os *diferentes graus de generalidade dos conceitos* que se apresentam intimamente inter-relacionados, correspondendo às diferenças estruturais e às interações dos vários fatores sociais. Sem um conjunto coerente de conceitos fundamentais, os fenômenos efêmeros não podem ser separados daqueles de significado duradouro (empiricismo fragmentário e positivismo). E, sem um intercâmbio dinâmico entre os vários níveis do quadro conceitual, incluindo aqueles que *notificam as “mudanças capilares” aparentemente insignificantes* dos fenômenos sociais, o marxismo pode degenerar em um catecismo de dogmas com significado fixo e absoluto (por exemplo, o escolasticismo morto das fórmulas stalinistas). Contrastando com ambos, a concepção marxiana, longe de se refugiar no reino do *apriorismo*, fornece o quadro conceitual necessário para o estudo teórico empiricamente fundamentado, bem como para a ação política e social (MÉSZÁROS, 2008, p. 74-75, grifos nossos).

Feitas essas observações de fundo, partamos agora para seus desdobramentos no que se refere à temática da racionalização do trabalho.

2. A racionalização capitalista do trabalho

2.1. A experiência da racionalização

Em *Americanismo e fordismo*, Gramsci afirma que “toda empresa, numa determinada medida mais ou menos ampla, é única” pois, nem mesmo para empresas de um mesmo ramo, “jamais funcionou e não funciona uma *lei de equiparação perfeita* dos sistemas e dos métodos de produção e trabalho” (GRAMSCI, 2001, p. 275). Essa observação feita por Gramsci tem direta relação com os aspectos levantados no item anterior, pois tem um intuito de demonstrar que a lei da oferta e procura de força de trabalho – manifesta na contração e expansão do exército industrial de reserva – tem um limite colocado pela “dimensão singular” de cada empresa. Em outros termos, o fato de cada empresa possua um modo de operar, em alguma medida, singular (“pequenos segredos” e “truques” de fabricação e de trabalho) faz com que a flutuação da força de trabalho

empregada não corresponda exatamente ao que seria se seguisse apenas um modelo puro, orientado apenas por essa importante lei geral da acumulação capitalista.

Sendo assim – e seguindo essas orientações de caráter mais amplo a respeito dos níveis de particularidade/generalidade dos fenômenos do movimento histórico-social –, um primeiro desafio colocado é relativo ao fato de que as tendências mais gerais de reestruturação da produção se concretizam de forma particular e diferenciada, em função dos contextos diversificados (no tempo e no espaço), das especificidades de cada ramo produtivo e das disputas que envolvem a introdução de novos mecanismos de organização do trabalho. Esse último aspecto nos remete a uma dimensão decisiva para se pensar a dinâmica contraditória da racionalização do trabalho nas sociedades capitalistas. Isso porque, na sociedade regida pelo capital, a atividade laborativa aparece como algo externo a quem a executa, ou seja, como algo extrínseco ao próprio trabalhador (MARX, 2004), resultando disso uma defasagem entre o “trabalho prescrito” – de acordo com as tendências gerais de cada momento histórico – e o “trabalho real” executado concreta e cotidianamente (LINHART, 2007, p. 21). Assim, mesmo nos tempos “áureos” do taylorismo, em que se enfatizava a separação entre concepção e execução (entre o “saber” e o “fazer”), Linhart (2007, p. 71) aponta formas “clandestinas” de utilização, por parte dos trabalhadores, de seus conhecimentos, o que se expressavam em atividades “ocultas”, “truques” e paliativos, através dos quais eram resolvidos os problemas do cotidiano na fábrica, sem que isso fosse alvo de “racionalização” por parte das gerências³.

O que pretendo enfatizar é que pode existir uma diferença substantiva entre os postulados teóricos gerenciais e as atividades realmente exercidas nos “recônditos das fábricas” (idem, ibidem). Nesse sentido, analisar as alterações no mundo do trabalho baseando-se exclusivamente na contraposição entre os “velhos” e “novos” *modelos* que orientam as tendências gerais resultaria numa apresentação das mudanças em termos estáticos e puramente abstratos, perdendo-se assim a dinâmica rica e contraditória que caracteriza esses movimentos. Percebendo essa dificuldade, Linhart propõe que o caminho mais indicado é o de se dedicar à “tarefa, mais modesta, de analisar as mudanças tais como se manifestam no interior das empresas” (idem, ibidem, p. 30), limitando-se “a uma análise das evoluções em curso com base nas pesquisas disponíveis”, dando “a mesma importância ao que muda e ao que não muda” (idem, ibidem, p. 96). Essa proposta mais “realista” é legítima em função da defasagem apontada entre o prescrito e o real, porém nos parece que há um exagero na recomendação. Isso porque consideramos que a reflexão acerca dos “modelos teóricos” gerenciais constitui um aspecto essencial no estudo da realidade do trabalho, mesmo quando a

³ Por esse motivo, Linhart (2007, p. 77) contesta, já de princípio, a idéia toyotista de “humanização do trabalho”, pois dá a entender que, nos processos de trabalho marcadamente tayloristas, os elementos “intelectuais” e “criativos” estariam plenamente separados da atividade laborativa em si.

defasagem em relação ao trabalho real se escancara. O modelo teórico, entendido como uma prescrição, revela – mesmo nos seus traços mais claros de “mistificação” – um conjunto de tendências e interesses específicos, cuja significação não pode ser desprezada. Assim, se determinada prescrição gerencial não se concretiza no trabalho real, não se deve, a partir desta constatação, considerá-la sem importância. Pelo contrário, captar o sentido da prescrição e os fatores que limitam sua eficácia prática pode permitir a compreensão de uma série de tensões e contradições, revelando os interesses em disputa e a dinâmica processual das alterações dos processos de trabalho – a respeito desse aspecto, a própria reflexão de Linhart é exemplar.

Para dar maior concretude a esses elementos, retomo o estudo acerca da Votorantim Metais. As mudanças implementadas na empresa, a partir dos anos 1990 com o PAC (Processo de Aprimoramento Contínuo), seguem as tendências toyotistas de *busca* de “envolvimento subjetivo” – ou “captura da subjetividade” (ALVES, 2000) – dos trabalhadores em defesa da “produtividade” da empresa. Nesse contexto, foram introduzidos mecanismos de gestão como os CCQs (Círculos de Controle de Qualidade), o programa de Sugestão de Melhorias e ferramentas de (auto-)fiscalização dos procedimentos realizados pelos trabalhadores: a APR (Análise Preliminar de Risco) e a ORT (Observação dos Riscos do Trabalho)⁴. Porém, a pesquisa indicou que, apesar da forte presença “formal” desses mecanismos no cotidiano dos empregados da empresa, há traços fortes de indisposição, indiferença e mesmo descumprimento diante deles. Muitos grupos de controle de qualidade se esvaziaram e perderam força após determinado tempo, existindo agora apenas oficialmente. Além disso, tanto o preenchimento da APR quanto a realização da ORT são vistos com bastante indisposição pelos trabalhadores, que, na maioria dos casos, tendem a fazê-los sem grande compromisso ou mesmo com informações “inventadas” por ele próprio – novamente, apenas para cumprir o protocolo. Outro exemplo que “mancha” a imagem harmônica do envolvimento se percebe nas eleições sindicais: boa parte dos trabalhadores, pressionados pela gerência, declara voto na “chapa empresarial”, apoiada e patrocinada pela VMTM, mas vota “secretamente” na chapa mais combativa⁵.

⁴ A APR é um formulário que todos os trabalhadores da empresa tem a obrigação de preencher diariamente, antes de começar o trabalho. Neste formulário, o trabalhador deve registrar quais os riscos de acidentes existentes em seu setor de trabalho – trabalho em altura, espaço confinado etc. – e indicar que todas as condições de segurança necessárias estão garantidas. Tal formulário deve ficar com o próprio trabalhador e pode ser exigido para verificação por qualquer colega ou supervisor. Trata-se de uma “regra de ouro” da empresa, cujo descumprimento gera demissão imediata. Já a ORT impõe que o trabalhador escolha um colega – do seu próprio setor ou de outro – para ser fiscalizado quanto à adequação da postura e dos equipamentos de segurança utilizados. Feita a observação, o trabalhador preenche uma ficha indicando possíveis erros de conduta, sem identificar nominalmente o colega observado – indica-se apenas o setor, o dia e o horário da observação, o que já são dados bastante relevantes caso se queira descobrir o trabalhador em questão. Essa prática é obrigatória e deve ser feita uma ou duas vezes por mês, dependendo da função ocupada pelo funcionário.

⁵ Em praticamente todas as eleições sindicais, a empresa ajudou na construção de chapas claramente próximas do ideal de “sindicalismo de parceria”, inclusive dando suporte técnico e financeiro para grupos de oposição. Essa estratégia, porém, nunca obteve êxito: a “chapa combativa” venceu todas as eleições desde a fundação do sindicato.

Esses são apenas alguns exemplos dos limites e contradições que se pode apontar em contraposição aos discursos e programas de “envolvimento subjetivo” do trabalhador. Não obstante, não se pode dizer que tais programas tenham sua eficácia completamente comprometida. É possível perceber indisposição de grande parte dos trabalhadores em relação a eles, mas eles continuam como princípios orientadores. Assim, o trabalhador que tem esperanças de galgar postos melhores na empresa – e, para isso, busca “mostrar serviço” – deve seguir, propagar e fiscalizar os colegas quanto a tais orientações. Em outros termos, o funcionário deve participar de forma exemplar de todos os programas de gestão, fiscalizar e denunciar comportamentos inadequados de colegas e, se possível, integrar (ou, no mínimo, apoiar) a construção de uma chapa “conciliadora” no sindicato.

Trata-se, portanto, de contradições verificáveis apenas através da observação empírica, demonstrando que contextos particulares são muito mais do que simples “ilustrações” de tendências gerais abstratas – como pressupõe explicita ou implicitamente o teorismo. Por esse motivo, Thompson (1981, p. 185) afirma que, “ao recusar a investigação empírica, a mente está para sempre confinada aos limites da mente. Não pode caminhar do lado de fora. É imobilizada pela câibra teórica e a dor só é suportável se não movimentar seus membros”. Nesse sentido, a proposta de análise da VMTM tem um *sentido metodológico* importante, ligado ao fato de que a expansão dos princípios e tendências que caracterizam a reestruturação produtiva toyotista não se dá de forma uniforme e homogênea, mas de acordo com situações concretas particulares. Por isso, estudos de caso, ao trazer simultaneamente as *especificidades* e as *determinações mais amplas* do objeto estudado, podem ser de grande valia no sentido de fornecer subsídios para o aprofundamento dos debates sobre o tema.

2.2. A dinâmica geral da racionalização: o novo já nasce velho

A discussão apresentada até aqui nos mostra que, para uma compreensão mais aprofundada da reestruturação produtiva toyotista, não é suficiente uma análise voltada apenas aos “movimentos gerais do capital”. É necessário pensar os processos históricos em questão “a partir de baixo”, ou seja, a partir dos trabalhadores, enfocando seu cotidiano, sua experiência e suas resistências. Isso porque o capital não se move autonomamente; constitui uma relação social de sujeição de indivíduos (trabalhadores assalariados), que se inserem de forma ativa – apesar da subsunção do trabalho – no processo de produção capitalista. Ao se levar em conta esse aspecto, pode-se captar as tensões e ter a luta de classes e os antagonismos como referências para o entendimento do funcionamento da sociedade capitalista. Por outro lado, essa tarefa não pode ser cumprida satisfatoriamente sem um referencial teórico que permita “cimentar” os fragmentos da realidade observada. Dito de outra maneira, os elementos empiricamente observados aparecem fragmentados e completamente indeterminados, caso não sejam organizados por uma perspectiva teórica

adequada. Perde-se, assim, o ponto de vista da *totalidade* e do *processo* – ou seja, a *continuidade* abarca as rupturas. Vejamos como essa questão pode ser percebida quando se pensa a racionalização do trabalho no capitalismo.

Marx (2003) demonstrou, de forma clara, principalmente no primeiro volume de *O Capital*, como os processos produtivos são constantemente transformados – em termos técnicos e organizacionais – pelo imperativo da acumulação e pelos conflitos entre trabalhadores e capitalistas. Para tornar mais claro como essa dinâmica se dá no processo de trabalho, é fundamental retomarmos um princípio fundamental, também exposto por Marx: o capitalista, ao pagar o salário, compra a *força de trabalho* e não uma quantidade predefinida de trabalho, resultando disso o seu caráter *variável*. Assim, levando em conta a *plasticidade* do trabalho, o objetivo constante de qualquer capitalista é extrair o máximo rendimento da força de trabalho que adquiriu. Por esse motivo, a questão da subordinação e do controle sobre o processo de produção é elemento chave no desenvolvimento do capitalismo, historicamente marcado pela confluência contraditória de coerção, seleção, “adestramento” e busca do convencimento por parte do capital, e pela resistência, adaptação e assimilação por parte dos trabalhadores.

Nesse sentido, é interessante estabelecer um contraponto entre a grande indústria moderna, que se constituiu a partir da Revolução Industrial e se consolidou no século XX com o taylorismo/fordismo, e a indústria nos tempos do toyotismo, destacando o *lugar* da subjetividade, do conteúdo intelectual e das resistências nos processos de racionalização do trabalho. Isso porque, pode-se dizer, em termos gerais, que tanto a retirada do elemento intelectual e o parcelamento do trabalho (característicos do taylorismo-fordismo) quanto o estímulo ao “engajamento” e à “multifuncionalidade” no processo produtivo (típicos do toyotismo) são igualmente mecanismos de racionalização e incremento da exploração trabalho, porém com eficácia distinta em cada contexto. Esse aparente paradoxo só pode ser compreendido se levarmos em conta os costumes, hábitos e condições daqueles que vivem da venda da própria força de trabalho. Dito de outra forma, para se entender a estratégia empresarial em cada contexto, é necessário olhar também as características do trabalhador que se busca “disciplinar”.

No período de constituição e consolidação da grande indústria moderna, a simplificação das tarefas e o isolamento dos aspectos intelectuais constituíram um fator central na busca de um controle mais efetivo sobre o processo de produção, já que o “inimigo” era o trabalho de “ofício” – ou pelo menos seus resquícios – que impunha limites à *subsunção real do trabalho ao capital*. Thompson, ao discutir o controle do tempo no capitalismo industrial, demonstra de forma extremamente rica as dificuldades encontradas pelos industriais, no século XVIII, para “governar e regular” a força de trabalho “rebelde”, caracterizada por ritmos irregulares de trabalho e pouco interessada na administração eficiente e parcimoniosa do tempo (THOMPSON, 1998, p. 289).

Nesse contexto, desponta uma série de iniciativas no sentido de combater os antigos hábitos e costumes dos trabalhadores⁶. Esse é o grande desafio que permanece por todo o período de expansão da grande indústria, passando pelo século XIX e chegando ao XX. Não é por outro motivo que Gramsci, em *Americanismo e Fordismo*, aponta a imposição de um profundo processo de “adaptação psico-física do trabalhador”, no qual é fundamental uma reestruturação completa de hábitos, marcada pela regulamentação dos institutos sexuais e pelo combate ao consumo de álcool.

Devido à necessidade de controle sobre o trabalho nesse contexto, o princípio central do padrão taylorista-fordista é que “o processo de trabalho deve ser independente do ofício, da tradição e do conhecimento dos trabalhadores” (BRAVERMAN, 1987, p. 103). Por isso, para controlar essa força de trabalho “rebelde” e avessa à racionalização capitalista, o isolamento do conteúdo intelectual e o parcelamento do trabalho, que ganham uma sistematização mais acabada no taylorismo/fordismo, possuem um papel fundamental. Isso porque, nesse momento, colocava-se um quadro em que os trabalhadores detinham, em grande medida, o monopólio dos conhecimentos ligados à produção, restringindo o poder da gerência à formulação de ordens disciplinares bastante gerais e pouco efetivas (BRAVERMAN, 1987, p. 94-95). Assim, destruir os “segredos de ofício”, realizar um parcelamento pormenorizado do processo produtivo e eliminar a possibilidade de decisões relativamente autônomas constituiu uma tarefa importantíssima para o capital na sua busca incessante – e sempre inconclusa – pela subordinação completa do trabalho.

A importância desses elementos fica mais evidente se analisarmos o momento de saturação desse padrão de gestão da força de trabalho e a ascensão de modelos mais “flexíveis”, como ocorreu na VMTM, pois se coloca novamente a centralidade das resistências e da experiência vivida e percebida pelos trabalhadores. Isso porque a simplificação quase absoluta do trabalho e o seu esvaziamento de conteúdo intelectual, depois de apresentarem um êxito indiscutível por décadas, geraram uma saturação do ponto de vista da adesão dos trabalhadores. Braverman (1987, p. 41), em seu livro publicado em 1974, já aponta a preocupação dos industriais diante do crescente descontentamento dos trabalhadores com os processos de trabalho, que se refletia em altas taxas de absenteísmo, abandono de emprego e na queda da produção. Aliás, antes mesmo disso, Gramsci já alertava “que ‘gorila domesticado’ é apenas uma frase” e que o operário continua pensando durante o trabalho, sendo que o isolamento do conteúdo intelectual poderia liberar o cérebro do trabalhador para “um curso de pensamentos pouco conformistas” (GRAMSCI, 1984, p. 404). Essa possibilidade parece ter ganhado concretude e sistematização nas “revoltas do operário-massa” a

⁶ “Por meio de tudo isso – pela divisão do trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina de tempo. A mudança levou às vezes várias gerações para se concretizar (...), sendo possível duvidar até que ponto foi plenamente realizada (THOMPSON, 1998, p. 297-298).

partir do final da década de 60, quando a questão da separação entre concepção e execução foi, em grande medida, questionada sob a bandeira do “controle operário da produção”.

Além disso, se o trabalho simplificado – parcelar e isolado de seu conteúdo intelectual – constituiu-se por várias décadas como uma fonte de acumulação constante, após determinado momento torna-se uma barreira para novos ganhos exatamente porque dispensa a capacidade intelectual do trabalhador e ignora a importância do *saber fazer operário* (ANTUNES, 2003), ou seja, o conhecimento – prático e tácito – concentrado por aqueles que estão diretamente ligados ao processo produtivo. Por isso, os mecanismos organizacionais do toyotismo voltam-se exatamente para esse aspecto, introduzindo programas que estimulam a participação ativa dos trabalhadores e exploram seu conhecimento peculiar do processo produtivo em favor do capital.

Nesse sentido, a eficácia da busca pelo envolvimento subjetivo no processo de trabalho se dá em duas frentes. Por um lado, “não deixa de ser um novo patamar de apropriação gratuita das forças naturais do trabalho social, sem nenhum custo para o capital” (ALVES, 2000, p. 45), já que trata-se de colocar o intelecto e a subjetividade do trabalhador a serviço da busca contínua por melhores resultados. Por outro lado, por incentivar, mesmo que superficialmente, o aspecto intelectual da atividade laborativa, os programas de gestão toyotistas (tais como os CCQs) dão uma resposta – ainda que limitada – à demanda operária por controle da produção, marcante nas revoltas do “operário-massa” no momento da crise do fordismo⁷.

Assim, Gounet aponta, com razão, que o toyotismo tem seu segredo na busca da adesão dos trabalhadores aos interesses da empresa, de forma que sua capacidade intelectual, “longe de ser o grão de areia que faz a máquina descarrilhar”, “acrescente um *plus* à busca de ganhos de produtividade” (GOUNET, 1999, p. 68). Por isso, é preciso lembrar que a subjetividade operária só pode ser vista e pensada como potencial fornecedora de um “plus” ao capital, depois de um processo histórico em que ela deixou de ser, em alguma medida, um potencial “grão de areia”, ao ser expropriada pela “gerência científica” do taylorismo/fordismo. Em outros termos, pode-se dizer que o saber operário teve que ser, num primeiro momento, “roubado” para, em seguida, ser ressignificado e devolvido – como “mito” – aos trabalhadores, através dos princípios toyotistas⁸.

Por esse motivo, é importante destacar que o isolamento do conteúdo intelectual do trabalho e a eliminação de iniciativas autônomas no processo produtivo não podem ser vistos unilateralmente como uma “falha” ou uma “lacuna” do padrão taylorista-fordista, já que esse é exatamente o ponto central dessa estratégia de gestão de trabalho – cujo sentido deve-se buscar no

⁷ É exatamente nesse sentido que Oliveira aponta que “o mecanismo do CCQ tem um raio de ação bastante ampliado, chegando a se confundir com as bandeiras históricas do movimento operário combativo, em que a autogestão alcança uma grande importância na luta contra a exploração capitalista” (OLIVEIRA, 2004, p. 49-50).

⁸ Alusão ao sugestivo recurso analítico usado, em contexto diverso, por Adalberto Paranhos (1999) em “O roubo da fala: as origens do trabalhismo no Brasil”.

contexto histórico específico. Dito de outra maneira, essa característica só pode ser apontada como “falha” caso seja enfatizado o contexto específico de sua saturação, indicando dialeticamente que a “limitação” demonstrada constituía exatamente o seu “trunfo” no período de consolidação deste padrão. Desenvolvendo esse raciocínio podemos perceber que os mecanismos do toyotismo não (re)descobriram o potencial da subjetividade e da criatividade dos trabalhadores. O que mudou – em alguma medida – foi a estratégia diante desses elementos, levando em conta o contexto de saturação e crise do modelo, que exigiu um padrão relativamente diferente – e ao mesmo tempo restaurador – de organização dos processos de trabalho. Enfatizando a dimensão processual dessa mudança pode-se evitar tipificações abstratas e polarizações herméticas entre o padrão taylorista-fordista e o padrão toyotista, ao inseri-los nas disputas e lutas de cada contexto específico. Nesse sentido, deixam de ser apenas “modelos teóricos” que se opõem, e pode-se perceber uma dimensão de complementaridade entre os dois momentos, já que o toyotismo deve ser visto como uma estratégia necessariamente posterior à consolidação da subsunção real do trabalho no capital, para o que o taylorismo-fordismo foi determinante.

Enfim, o que buscamos indicar é que a expansão do taylorismo-fordismo representou – através de seus princípios fundamentais aqui indicados – a consolidação da subsunção real do trabalho ao capital e, assim, constituiu-se como a base histórica (a “matriz”) a partir da qual as propriedades intelectuais puderam ser rearticuladas e ressignificadas posteriormente através dos princípios organizacionais do toyotismo, instaurando assim um “novo” caminho para a racionalização (capitalista) dos processos de trabalho. A partir deste apontamento, torna-se mais fácil compreender porque Ohno revela uma grande admiração por Ford, considerado um “visionário” (OHNO, 1989, p. 106) e um “racionalista nato”, que se “ainda estivesse vivo, estaria, com certeza, orientando-se na mesma direção da Toyota” (OHNO, 1997, p. 108-109).

Para finalizar, deve ficar claro que o importante em qualquer movimento do capital são dois aspectos visceralmente ligados: a necessidade de acumulação – que, num contexto de baixo crescimento, passa mais do que nunca pela questão da *produtividade* e da *intensidade* do trabalho – e a capacidade de impor o domínio (com algum grau de consentimento) sobre as classes subalternas. Nesse sentido, os elementos da “economia política” são determinantes em detrimento de qualquer elemento tecnológico e organizacional tomado em si mesmo. Isso significa que uma determinada estratégia técnico-organizacional pode ser “racionalizadora” em um contexto, mas se tornar um obstáculo à racionalização num contexto posterior⁹. Então, se as “faculdades mentais”

⁹ Ao analisar a implantação do PAC, um jornal da VMTM coloca que: “o que era bom e atualizado ontem, talvez não seja hoje, e o que é bom hoje provavelmente não será amanhã, na parte da manhã” (CMM NOTÍCIAS, mai./jun. 1995, p.2). Para exemplificar concretamente esse aspecto, basta pensar que o parcelamento das tarefas – elemento básico da racionalização taylorista-fordista – tinha como objetivo fundamental eliminar porosidades no processo produtivo. Esse também é exatamente o mesmo objetivo da “condensação de funções” no toyotismo.

são, em determinado contexto específico, uma “ameaça” ao domínio sobre as classes trabalhadoras – por isso uma ameaça aos ganhos capitalistas –, a “racionalização” terá o sentido de inibir e expurgar a “criatividade” operária. Porém, se o contexto indica uma potencialidade de novos ganhos e de uma recomposição do domínio sobre o trabalho através da tentativa de instrumentalização da capacidade “mental” e “espiritual” dos trabalhadores, certamente a “racionalização” capitalista caminhará nesse sentido.

3. Os dilemas do marxismo frente à racionalização

Após buscar indicar o sentido da racionalização capitalista do trabalho, cabe perguntar: é possível pensar a racionalização do trabalho fora dos marcos capitalistas? Em quais termos? Para enfrentar essa questão, entendo que é necessário indicar alguns elementos da crítica de Marx e outros marxistas à racionalização do trabalho.

Na análise de Marx em *O Capital*, podemos encontrar indicações de que a constituição da grande indústria mecanizada “deforma”, “mutila” e “empobrece espiritualmente” o trabalhador. Porém, também se encontram referências não menos enfáticas a respeito dos potenciais produtivos – e mesmo “civilizatórios” – deste processo. Isto fica bem compreendido se nos atentarmos para o seguinte: no quinto capítulo, Marx aponta que o processo de trabalho (ou seja, o processo de produção de valores de uso), no capitalismo, é também (e fundamentalmente) processo de produção de mais valia (ou de valorização). Esse fato, porém, não elimina a dimensão originária (de produção de coisas úteis) do processo de trabalho, ou seja, a prevalência do trabalho abstrato não elimina a dimensão concreta (qualitativa e particular) dos processos de trabalho – assim como a preponderância do valor de troca não exclui seu substrato material, que é o valor de uso. Assim, se em seus *Manuscritos*, Marx aponta que o trabalho é uma (auto-)atividade vital do homem, mas que no capitalismo se transforma em “auto-sacrifício”, n’*O Capital*, ele recoloca essa questão ao indicar duas dimensões do trabalho: primeiramente, o trabalho enquanto condição “natural” e “eterna”, relativa ao intercâmbio dos homens com a natureza e entre si, com vistas à obtenção de coisas úteis para a realização de suas necessidades; em segundo lugar, o trabalho nas circunstâncias historicamente específicas do capitalismo, em que o controle sobre a atividade laborativa e o seu produto final são propriedade do capitalista, a quem o trabalhador vende suas força de trabalho, como uma mercadoria (MARX, 2003, p. 218-219). Essa diferenciação é a base para a distinção feita adiante por Marx no capítulo sobre maquinaria e indústria moderna: “é mister distinguir entre a maior produtividade que se origina do desenvolvimento do processo social de produção e a que decorre da exploração capitalista desse processo” (idem, ibidem, p. 482).

Essa necessidade de distinção enfatizada por Marx não resolve as questões colocadas, mas as coloca em outro patamar. Talvez seja nessa distinção que a racionalização dos processos de

trabalho revele sua dimensão contraditória, do que resulta enfoques diferenciados – a respeito da racionalização do trabalho – no interior do marxismo. Para avançarmos a esse respeito, nos deteremos em dois textos clássicos do marxismo do século XX: o ensaio *A reificação e a consciência do proletariado*, escrito por Lukács em 1922 e publicado em 1923, em Berlim, como parte de *História e consciência de classe*; e *Americanismo e Fordismo*, escrito por Gramsci em seus *Cadernos do Cárcere*, entre 1929 e 1934.

3.1 Lukács e a problemática da reificação

Em *A reificação e a consciência do proletariado*, Lukács faz referência ao taylorismo e se aproxima “intuitivamente” da reflexão de Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos* ao afirmar que, no capitalismo,

o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhes são estranhas. E isso ocorre tanto sob o aspecto objetivo quanto sob o subjetivo (LUKÁCS, 2003, p. 199).

Mais adiante, Lukács retoma a análise feita por Marx n’*O Capital* para indicar a tendência da racionalização do trabalho no capitalismo:

Se perseguirmos o caminho percorrido pelo desenvolvimento do processo de trabalho desde o artesanato, passando pela cooperação e pela manufatura, até a indústria mecânica, descobriremos uma racionalização continuamente crescente, uma *eliminação cada vez maior das propriedades qualitativas, humanas e individuais do trabalhador* (idem, ibidem, p. 201).

A partir desses apontamentos, ao refletir sobre o fenômeno da reificação, o autor aponta a *racionalização* e a *especialização* crescentes como elementos centrais que isolam o trabalhador da totalidade da atividade e o separam do produto final. A racionalização se refere à eliminação das propriedades *qualitativas, humanas e individuais*, pelo cálculo e pela organização estritamente racional (no sentido capitalista) do trabalho, que se baseia na especialização, com a fragmentação do processo global em operações parciais cada vez mais simples, permitindo que o “conteúdo humano” seja “apagado” e os trabalhadores e suas atividades concretas possam ser encarados como personificações do tempo de trabalho (abstrato). Assim, segundo Lukács, a mecanização e a especialização seriam o fundamento da reificação, já que a ação do homem se torna “parte mecanizada” de um sistema independente e estranho, que o submete.

Como consequência do processo de racionalização do trabalho, as propriedades e particularidades humanas do trabalhador aparecem cada vez mais como *simples fontes de erro* quando comparadas com o funcionamento dessas leis parciais abstratas, calculado previamente. O homem não aparece, nem objetivamente, nem em seu comportamento em relação ao processo de trabalho, como verdadeiro portador desse processo; em vez disso, ele é incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que já encontra pronto e funcionando de modo totalmente

independente dele, e a cujas leis ele deve se submeter (idem, ibidem, p. 203, grifos do autor).

Nesse sentido, Lukács aponta a tendência a uma atitude cada vez mais “contemplativa” do trabalhador, não no sentido de que seja menos desgastante ou enervante, mas pelo fato de que ele perde cada vez mais o seu “caráter ativo”, tornando-se impotente diante do mecanismo com que se defronta (idem, ibidem, p. 204). O resultado de tal processo – do qual o sistema de Taylor é apenas a forma mais acabada, o ponto mais elevado de tal especialização reificante – é uma sociedade atomizada e pulverizada em “atos isolados de troca”, sendo que, a partir disso, a reificação imprime sua estrutura em toda a consciência do homem e se dissemina no conjunto das manifestações da vida social, distanciando-se de seu “fundamento econômico” (idem, ibidem, p. 213-214). Nesse sentido, seguindo o raciocínio de Lukács, a reificação não se restringe a atividades em que o “conteúdo intelectual” foi completamente isolado e eliminado do momento de execução. O autor indica que as “qualidades psicológicas” podem ser separadas do conjunto da personalidade do trabalhador e objetivadas em relação a esta última, sendo então passíveis de racionalização (idem, ibidem, p. 202).

No entanto, como marxista (e por isso tendo como horizonte a superação do capitalismo), Lukács precisa responder à “questão do *limite* da reificação, das garantias da possibilidade de o proletariado se desvencilhar da reificação da consciência” (NOBRE, 2001, p. 51). Essa resposta está ligada ao *limite* da racionalização capitalista: seu caráter formal e, portanto, sua incongruência em relação ao concreto e ao qualitativo (LUKÁCS, 2003, p. 209). Isso porque, a transformação da força de trabalho em mercadoria faz com que parte das faculdades (físicas e mentais) do trabalhador seja coisificada e isolada da sua personalidade, porém, numa perspectiva para além do plano *mediato*, “sua *essência humana e anímica não são transformadas em mercadoria*. Portanto, ele pode objetivar-se internamente de maneira completa contra essa sua existência” (idem, ibidem, p. 346-347).

Na tentativa de uma breve síntese desse argumento lukacsiano, podemos indicar que a racionalização e a mecanização aparecem como um fenômeno intimamente ligado ao caráter reificado do trabalho no capitalismo. Neste sentido, essa dinâmica mutila, viola e “apaga” o conteúdo “humano” da atividade de trabalho – e indiretamente de toda a práxis do homem. No interior desta abstração essencialmente negativa, o potencial transformador parece estar justamente nos pontos e nos momentos em que esta racionalidade (formal) não consegue penetrar.

3.2. Gramsci e o “fenômeno americano”

Em *Americanismo e fordismo*, Gramsci, por sua vez, trata a mesma dinâmica da racionalização do trabalho com um enfoque diferenciado. O filósofo italiano não deixa de enfatizar o caráter de classe – como iniciativa capitalista – da racionalização do trabalho e as suas

conseqüências para os trabalhadores. No entanto, ao analisar essa dinâmica de desenvolvimento do “industrialismo”, o foco de Gramsci é o “fenômeno americano”, ou seja, a especificidade da experiência estadunidense, na qual a tendência à racionalização do trabalho e do próprio modo de vida apresentavam os traços mais marcantes e representativos. Segundo Gramsci, “o objetivo da sociedade americana”, expresso nos princípios de Taylor e Ford, é “desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do *trabalho qualificado*, que exigia *uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador*, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal” (idem, ibidem, p. 397). Aparece, assim, também no texto de Gramsci, a tendência de eliminação do caráter ativo do trabalhador, do conteúdo “humano” e do aspecto “qualitativo” do trabalho.

Eles [os industriais americanos] não se preocupam com a “humanidade” e a “espiritualidade” do trabalhador que são imediatamente esmagadas. Essa “humanidade e espiritualidade” só podem existir no mundo da produção e do trabalho, na “criação produtiva”; elas eram absolutas no artesanato, no “demiurgo”, quando a personalidade do trabalhador refletia-se no objeto criado, quando era bastante forte o laço entre a arte e o trabalho. Mas é exatamente contra esse “humanismo” que luta o novo industrialismo (GRAMSCI, 1984, p. 397).

Porém, apesar de apresentar todo o cinismo e a brutalidade das iniciativas dos industriais norte-americanos (evidenciados na pretensão anunciada de transformar o trabalhador em um “gorila domesticado”), Gramsci enfatiza os aspectos positivos – ou potencialmente “progressistas” – da racionalização profunda expressos por essa “forma moderníssima de produção e de modo de produzir como é a oferecida pelo tipo americano” (GRAMSCI, 1984, p. 377). Orientado por uma crítica contundente aos elementos “semi-feudais” e “parasitários” presentes na Itália (e, em certa medida, na Europa) de seu tempo, Gramsci enfrenta a problemática da racionalização capitalista do trabalho com um enfoque bastante peculiar, do que resulta uma análise distinta da apresentada no ensaio de Lukács aqui indicado.

Gramsci se contrapõe aos críticos do “americanismo”, que denunciam um (suposto) abandono dos aspectos “qualitativos” em favor de saltos “quantitativos”. Segundo ele, o critério de “qualidade” comumente adotado para esse tipo de argumentação não é “racional” – são fórmulas de “literatos desocupados e de políticos cuja demagogia consiste em construir castelos no ar” (GRAMSCI, 2001, p. 261). Para Gramsci, “qualidade” só pode se referir a “coisas” quando se trata de “obras de arte individuais e não reproduzíveis”. Para além disso, “qualidade” só pode se relacionar com a satisfação das “necessidades elementares das classes populares” e “tudo o mais não passa de *folhetim* ideológico” (GRAMSCI, 1984, p. 402). Assim, ele prossegue:

a *qualidade humana* eleva-se e torna-se mais refinada na medida em que o homem satisfaz um número maior de necessidades, tornando-se independente. O preço elevado do pão, devido ao fato de se pretender manter um número maior de pessoas

ligado a uma determinada atividade, leva à desnutrição. A política da qualidade quase sempre determina o seu oposto: uma quantidade desqualificada (idem, ibidem, p. 402-403, grifos nossos).

Esses apontamentos permitem que Gramsci avance em relação à outra questão também colocada pelos intelectuais e por camadas da sociedade europeia avessas à racionalização rigorosa dos métodos de trabalho: a questão “da diferença que o taylorismo determinaria entre trabalho manual e o ‘conteúdo humano’ do trabalho” (idem, ibidem, p. 403, grifos nossos). A apresentação do problema na forma de suposição parece não ser gratuita: ele pretende se contrapor à negatividade colocada nesse aspecto da racionalização. Para tanto, Gramsci se vale do exemplo das profissões ligadas à reprodução de textos, em que o interesse pelo texto torna mais lenta e passível de *erro* a tarefa de reprodução. Segundo Gramsci, nessas profissões, a mecanização é mais difícil pois

exige do operário que ‘ignore’ ou não reflita sobre o conteúdo intelectual do texto que reproduz (...). *O interesse do trabalhador pelo conteúdo intelectual do texto é medido pelos seus erros, o que torna este interesse uma deficiência profissional. A sua qualificação é medida a partir do seu desinteresse intelectual, da sua “mecanização”* (GRAMSCI, 1984, p. 403).

Assim, o autor aponta que esse esforço de isolamento do conteúdo intelectual (de textos “algumas vezes apaixonantes”) é feito e “*não mata espiritualmente o homem*” (idem, ibidem, p. 404). Mais do que isso: passado o processo de adaptação, verifica-se que o cérebro do operário, ao invés de “mumificar-se”, alcançou um estado de “*liberdade completa*” pois o cérebro é liberado para outros pensamentos. Nesse sentido, Gramsci “exalta” a racionalização por uma motivação técnica e produtiva: a mecanização dos gestos de trabalho, ao isolar o conteúdo intelectual, simplifica as operações, permitindo um ritmo mais intenso e eliminando possíveis “fontes de erro” relacionadas ao interesse intelectual pelo processo laborativo. Por esse motivo, o salto “produtivo” representado pelo fordismo não poderia ser visto como negativo, no sentido de que eliminaria a dimensão “qualitativa” ou “humana” da atividade de trabalho, até porque, depois das dificuldades de adaptação aos métodos “racionais”, teríamos um patamar produtivo superior, que permitiria a satisfação de um conjunto maior de necessidades humanas.

Além dessa positividade “produtiva”, a liberação do cérebro operário para “outros pensamentos” aparece, no texto de Gramsci, com um potencial político, no sentido de que libera o intelecto para pensamentos nada desejáveis para os industriais:

Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem esta *dialética inerente aos novos métodos industriais*. Compreenderam que o “gorila domesticado” é apenas uma frase, que o operário continua “infelizmente” homem e, inclusive, que ele, durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende

que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas (GRAMSCI, 1984, 404).

Na reflexão de Gramsci, o “esvaziamento subjetivo do trabalhador” resulta na consolidação de um “novo” sujeito histórico, já indicado por Marx na conceituação do proletariado moderno: a “figura socialmente nova do *trabalhador coletivo*”, a qual é portadora de uma “subjetividade nova que nasce da própria desqualificação do trabalhador individual no mundo da produção” (VIANNA, 2004, p. 93). Assim, na avaliação de Gramsci, o americanismo e o fordismo, diferentemente da Europa das classes tradicionais parasitárias ou semiparasitárias, produziram uma nação voltada para produção, na qual esse sujeito histórico – o trabalhador coletivo fabril – se desenvolve em todo seu potencial. A “América” é o lugar onde a “hegemonia nasce da fábrica”, em que as classes fundamentais estão dispostas da forma mais “racional” e mais avançada. Entendemos que é por esse motivo que Gramsci opõe o “desperdício”, o “parasitismo” e o “humanismo cediço da Europa” (VIANNA, 2004, p. 94) à eficiência, à produtividade e à filosofia “puritana”, marcadamente pragmática e avessa a abstrações. Nesse sentido, “a América não é o lugar de Hegel” (idem, ibidem, p. 92).

Porém, Baratta (2004, p. 172) indica uma tensão no pensamento de Gramsci em relação a esse aspecto. Nos cadernos “miscelâneos” – especialmente em notas “tipo B” nos cadernos 1 e 4, não retomadas no texto final do caderno especial de *Americanismo e fordismo* – Gramsci teria manifestado um abandono às “concessões” feitas ao pragmatismo utilitarista americano. O “estado bruto” do pensamento americano, excessivamente colado à ação e avesso às abstrações incomodavam o filósofo italiano. Nesse sentido, em uma nota intitulada “A filosofia americana”, por exemplo, Gramsci indica a necessidade de refletir sobre a concepção idealista de Josiah Royce diante da filosofia americana e se coloca a seguinte questão: “que importância e que função teve o hegelianismo nesta concepção? *Pode o pensamento moderno difundir-se na América, superando o empiricismo-pragmatismo, sem uma fase hegeliana?*” (GRAMSCI, 2001, p. 285). Na sua reflexão sobre o americanismo, a mente analítica de Gramsci é firme na crítica ao “velho humanismo”, mas hesita na exaltação ao racionalismo utilitarista.

3.3. A dialética da racionalização do trabalho

A partir da apresentação dos elementos mais importantes trabalhados por Lukács e Gramsci a respeito da racionalização do trabalho, se coloca uma série de questões a respeito das aproximações e dos distanciamentos entre as duas reflexões. De imediato, o que temos é um contraste forte entre a ênfase de Lukács na negatividade – vinculada à reificação e à perda do conteúdo “humano” e “qualitativo” – da racionalização e da mecanização e o olhar mais “pragmático” e “realista” de Gramsci. Porém, entendo que a reflexão pode ganhar novos contornos se escapamos de uma polarização superficial.

No que se refere a Lukács, deve-se indicar que, em seu prefácio auto-crítico de 1967, o autor afirma que seu ponto de partida para análise da reificação tinha sido “estruturas complexas da economia mercantil” e não o trabalho (LUKÁCS, 2003, p. 20), carecendo então de uma análise da base econômica mais concreta (idem, ibidem, p. 44) e faltando os nexos entre economia e dialética (idem, ibidem, p. 45). Além disso, e esse aspecto nos parece mais importante em função do nosso foco, Lukács aponta que nesta obra há uma *identificação, a partir da categoria “reificação”, entre “objetivação” (ou exteriorização) e “estranhamento”*. A partir dessa indiferenciação, perde-se a dimensão concreta do processo de trabalho, que passa a ser entendido apenas como processo de valorização, dando uma dimensão (negativa) unilateral de “reificação” e “estranhamento” à atividade humana de exteriorização, a todo ato laborativo. Assim, “Lukács acaba descuidando do trabalho em sua realidade objetiva, que faz dele uma instância privilegiada de interação com a natureza – como objetivação não necessariamente idêntica à alienação” (MAAR, 1996, p. 44). A lacuna, portanto, está na ausência de uma distinção dialética entre o processo de trabalho (objetivação/exteriorização inerente à atividade humana) e o processo de valorização do capital (marcado pelo estranhamento), de forma a discernir, nos termos de Marx, a produtividade advinda do desenvolvimento do processo de produção social e a maior produtividade relacionada ao reforço da exploração capitalista do trabalho.

Porém, é preciso lembrar que, juntamente com os traços de “idealismo”, coexiste em *História e consciência de classe*, uma “intenção materialista”, que também deixa sua marca. Nesse sentido, Lukács ressalta o “caráter formal” da racionalidade capitalista, que despreza o “elemento concreto” (idem, ibidem, p. 223), até mesmo porque a dimensão “humana” e “anímica” não se transformam em mercadoria. Por isso, me parece haver a possibilidade de se estabelecer uma aproximação entre, por um lado, esse “formalismo” da racionalização e a “imediatividade” da reificação – o que não tira sua profundidade – apontados por Lukács e, por outro lado, a indicação de Gramsci de que o “gorila domesticado” é apenas uma frase e que o trabalhador (“infelizmente”, para os industriais) permanece “homem”.

Além disso, se em Gramsci fica patente que essa tendência de desenvolvimento do capital, como já indicado por Marx, resulta, contraditoriamente, na constituição da figura “nova” do “trabalhador coletivo”, em Lukács, essa dinâmica também é indicada. Para usar as palavras do filósofo húngaro (2003, p. 344-345), “a transformação de todos os objetos em mercadorias, sua quantificação em valores fetichistas de troca” – que encontra seu ápice na racionalização taylorista – constitui um processo que, para o proletariado, “significa *seu próprio nascimento como classe*”. É exatamente esta “negatividade puramente abstrata na existência do trabalhador” que o impele a ir além do imediatismo de tal existência. Nesse ponto, talvez o Lukács de *História e consciência de*

classe seja menos “idealista” do que se possa imaginar de imediato, e Gramsci um pouco mais “humanista” do que transparece em outros momentos.

Assim, na obra de Lukács, em meio a esse “entrelaçamento de formalismo, reificação e racionalização, que passam a compor o quadro de um processo histórico de caráter globalizante” (NOBRE, 2001, p. 58), pode-se encontrar, “na atividade cotidiana do proletário, aquela *porta estreita* por onde, em momentos privilegiados, pode se mostrar a realidade das relações capitalistas” (idem, ibidem, p. 66). Porém, esta “porta estreita” de Lukács, parece estar *escancarada* em Gramsci. O potencial transformador não está – como parece indicar o texto de Lukács – somente nos pontos nos quais a racionalização capitalista não consegue penetrar, mas principalmente no centro desta dinâmica contraditória.

Em Gramsci, a dimensão “reificante” da valorização do capital *parece* perder o foco, que é colocado no aumento da produtividade do processo social de produção num sentido mais geral. A ênfase estaria no outro pólo da distinção marxiana referida acima. Nesse sentido, Vianna afirma que

Gramsci, como é bem conhecido, não apresenta resistências românticas à sociedade industrial. Em sua sociologia fabril, nos limites de uma psicologia social, diversamente de Marx, que, com os macrofundamentos de sua análise, põe ênfase nos processos que constituem a fábrica moderna como lugar da realização da subsunção real do trabalhador ao capital, Gramsci, ao valorizar o plano micro, seleciona aspectos e processos que conduzem ao resultado progressista do novo tipo de ‘homem-coletivo’. Para ele, tanto a mecanização como a racionalização do trabalho, em vez de produzirem o aviltamento da subjetividade do trabalhador – o ‘gorila domesticado’ de Taylor –, propiciaram a liberação de sua consciência e não a sua morte espiritual. (VIANNA, 2004, p. 90).

Por outro lado, em perspectiva diferenciada, Baratta (2004, p. 161) aponta que Gramsci tem o cuidado de *não deixar de evidenciar* os “efeitos *alienantes* e destrutivos” da “organização científica do trabalho” desenvolvida por Taylor. Del Roio (2007, p. 73) parece seguir essa mesma direção ao afirmar que a análise de Gramsci indica uma “situação contraditória de *aprofundamento da alienação* e de criação das *condições para negação da subalternidade operária*”. Uma indicação importante a respeito dessa questão pode ser obtida se levarmos em conta que Gramsci analisa os métodos de racionalização do taylorismo-fordismo já vislumbrando *imediatamente* sua potencialidade para o Estado soviético – no qual, considerando a expectativa positiva (embora também crítica) de Gramsci, a questão da alienação, da subsunção do trabalho ao capital e do processo de trabalho como processo de valorização perderia concretude. Segundo Gramsci, o americanismo funda-se em um “equilíbrio externo e mecânico”, já que se trata de uma iniciativa racionalizadora imposta por uma classe – a burguesia – preocupada apenas “em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência muscular e nervosa”. Esse

equilíbrio só pode ser “interno” se colocado por “uma *nova forma de sociedade*, com meios apropriados e originais” (GRAMSCI, 1984, p. 397).

Nesse ponto, Gramsci parece concordar com a tese de Lênin a respeito da necessidade do socialismo “aplicar muito do que há de científico e progressivo no sistema de Taylor”, discernindo os elementos de “refinada crueldade da exploração burguesa” do conjunto de “riquíssimas conquistas científicas no campo da análise dos movimentos mecânicos no trabalho, a supressão dos movimentos supérfluos e inábeis, a elaboração dos métodos de trabalho mais corretos, a introdução dos melhores sistemas de registro e controlo, etc.” (LÊNIN, 1980, p. 574). Porém, a reserva de Gramsci é quanto à forma excessivamente coercitiva que essa implementação pode tomar, como se expressou concretamente na tentativa de Trotsky de formação dos “exércitos de trabalho”. É justamente sobre esta iniciativa a única referência explícita e direta à experiência soviética, quando Gramsci indica uma “excessiva e resoluta (portanto não racionalizada)” vontade de criar novos hábitos de trabalho entre os trabalhadores soviéticos. Para Gramsci, as preocupações de Trotsky (racionalizar a produção) e o próprio princípio da coerção (direta e indireta) eram “justos”, mas a forma prática que assumiam (o modelo militar de organização do trabalho) era funesta e desembocaria necessariamente numa forma “bonapartismo” (GRAMSCI, 1984, p. 396). Em síntese, o princípio de racionalização taylorista-fordista é tratado positivamente por Gramsci, mas, numa perspectiva emancipatória, deveria ser implementada pela coerção (que no caso do Estado soviético seria “autodisciplina”), combinada também com persuasão, através da melhoria das condições de vida dos operários, formando as bases para um equilíbrio “interno”. Nesse sentido Baratta afirma:

Deveria estar já evidente o amplo horizonte crítico com o qual Gramsci considera a “mecanização” e o conseqüente “automatismo” dos processos de trabalho determinados pelo “novo industrialismo”. Justamente desta profunda virada no processo social do trabalho ele deriva a consciência do fim sem volta do velho “humanismo” e da necessidade de conceber um “novo humanismo” estritamente ancorado à racionalidade técnica e científica (BARATTA, 2004, p. 163).

Nos parece que, neste “novo humanismo” vislumbrado por Gramsci, “racional” é sinônimo de “desejável”. Nesta lógica, até mesmo o limite da intensidade do trabalho seria definido “racionalmente”. Em uma nota do caderno miscelâneo 1, ele aponta que o “o limite [para o esforço laborativo] não deve ser imposto com base em *ideologias abstratas*, mas deve resultar da *coordenação racional* de conceitos fisiológicos, econômicos e éticos”. Apesar de incluir o elemento “ético” – que dá uma abertura para múltiplos entendimentos –, a forma como Gramsci aponta o problema dá a entender que se considera os “avanços na produtividade” como um fim em si mesmo, ou, nos termos de Mészáros, como “como desejáveis aprioristicamente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 638). Por isso, entendemos que a proposta de Gramsci é claramente crítica aos elementos “externos” e “de classe” na determinação do trabalho, mas parece incidir em um “produtivismo”

auto-determinado pelos trabalhadores, que rompe com a classe opressora, mas que mantém a sua racionalidade, fundada no *tempo necessário* para a produção de valor, e não em uma dinâmica inteiramente nova de um “novo modo de produção” auto-determinado pelos trabalhadores, e baseado no “*tempo disponível* (para produzir valores de uso socialmente necessários)” (ANTUNES, 2003, p. 179). Nesta alternativa, talvez a busca absoluta por “ordem”, “método” e “precisão” não tenha essa relevância.

Porém, para fechar essas observações precisamos reafirmar a importância da reflexão a partir da realidade concreta. A proposta de Lênin de discernir, no taylorismo, os elementos “científicos” (e “progressivos”) e os traços de refinada crueldade capitalista é bastante coerente com a indicação de Marx – já citada – sobre a necessidade de distinguir os acréscimos de produtividade advindos do “desenvolvimento do processo social de produção” daqueles resultantes da “exploração capitalista desse processo”. A diferença é que, no caso de Lênin, trata-se de uma “análise concreta de uma situação concreta” e me parece que é nesse momento que a racionalização do trabalho apresenta seu caráter profundamente contraditório. Sem pretensão de dar uma resposta, o que pretendo é indicar a pertinência de tal questão, pois, com seu esquecimento ou omissão consciente, o que era “dilema permanente” dá lugar a uma vontade excessivamente resoluto – e Lênin dá lugar a Stalin. Assim, o que era um problema passa gradativamente a deixar de ser e o fenômeno do stakhanovismo¹⁰, iniciado em 1935, parece ter levado a resposta “produtivista” ao extremo, tendo sido apresentado por Stalin como “uma espécie de revolução cultural” (LINHART, 1983, p. 112), um salto no processo de “emulação socialista” orientado pelos trabalhadores.

Considerações finais

Neste trabalho, procurei enfatizar a importância do diálogo entre a teoria e as situações concretas, seja para análise da racionalização capitalista do trabalho, seja para pensar os dilemas da racionalização num projeto emancipatório. Para tanto, em primeiro lugar, busquei indicar – através de uma reflexão sobre a racionalização capitalista do trabalho, apoiada pela pesquisa de mestrado sobre a VMTM – que a ênfase na dinâmica contraditória dos movimentos do capital e das lutas de classes nos parece primordial para se apreender as determinações da contínua transformação dos processos de trabalho, colocando em evidência o caráter de classe das iniciativas de “racionalização” dos processos de trabalho. Em outras palavras, deve ficar claro que a “racionalização” que aqui tratamos não resulta de um movimento de avanço de conhecimentos e

¹⁰ “Stakhanovismo” foi o nome dado ao movimento que nasceu na União Soviética, a partir da iniciativa do mineiro Alexei Stakhanov. No dia 31 de agosto de 1935, este trabalhador extraiu uma quantidade de carvão 14 vezes superior aos padrões da época. Esse feito se tornou o marco para uma maciça campanha para aumentos de produtividade e para difusão de princípios tayloristas nos mais diversos ramos de produção da indústria soviética. Apesar de ter como princípio uma racionalização baseada na vontade dos próprios trabalhadores, o movimento gerou diversas tensões, dado o enorme distanciamento entre os interesses do Estado soviético e a condição dos trabalhadores das indústrias.

técnicas supostamente guiado por exigências abstratas da “Razão”. Trata-se de uma dinâmica intensamente determinada pela processualidade histórica das lutas de classes, o que torna necessário, portanto, compreender o desenvolvimento dos processos de trabalho no capitalismo e sua tendência à “racionalização”, historicamente marcada pela confluência contraditória de coerção, seleção, “adestramento” e busca do convencimento por parte do capital, e pela resistência, adaptação e assimilação por parte dos trabalhadores.

Além disso, a partir das reflexões em curso na pesquisa de doutorado, indiquei que parte importante do marxismo se caracteriza, no que tange à problemática da racionalização do trabalho, por uma oscilação entre uma dimensão “humanista-emancipatória” e outra “pragmática-produtivista”. Disso resulta uma postura em certa medida hesitante, mesmo em autores de grande destaque. Para demonstrá-lo, apontamos que o próprio Marx indicou a necessidade de distinção entre elementos de “avanço social” do processo produtivo e de exploração capitalista, mas não aprofundou os traços de tal distinção¹¹. Lukács, que em *História e consciência de classe* vinculou fortemente a racionalização do trabalho com o fenômeno da reificação, posteriormente negou boa parte de suas conclusões indicando elementos de “idealismo” em função da sua desconsideração da dimensão “concreta” do trabalho, apesar de sua “intenção materialista”. Gramsci, por sua vez, em algumas anotações de seus “cadernos miscelâneos” colocou em dúvida suas “concessões” ao americanismo, devido ao seu pragmatismo utilitarista e excessivamente avesso a abstrações. Além disso, a referência à experiência histórica do stakhanovismo russo permitiu demonstrar como essa questão é decisiva para o pensamento marxista, seja para refletir sobre o passado, o presente ou o futuro.

Para finalizar, reproduzo duas reflexões marcantes a respeito do que poderia ser o trabalho numa futura sociedade comunista, a primeira de Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, e a segunda de Gramsci, em um texto político antes da sua prisão:

Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de actividade exclusiva é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear a noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isto a meu bel-prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico (MARX, 1976, p. 41).

Quanto mais o proletário se especializa num gesto profissional, tanto mais sente a indispensabilidade dos companheiros, tanto mais sente que é a célula de um corpo organizado, de um corpo intimamente unificado e coeso; tanto mais sente a *necessidade da ordem, do método, da precisão*; tanto mais sente a necessidade de que todo o mundo seja como uma única enorme fábrica, organizada com a mesma

¹¹ Uma expressão exemplar dessa dificuldade é a nota curta e “tímida” de Marx – incluída na segunda edição de *O Capital* – sobre o uso da maquinaria numa sociedade emancipada: “numa sociedade comunista, a aplicação da máquina teria amplitude inteiramente diversa daquela que encontra na sociedade burguesa” (MARX, 2003, p. 449).

precisão, o mesmo método, a mesma ordem que ele constata ser vital na fábrica onde trabalha; tanto mais sente a necessidade de que a ordem, a precisão, o método que dão vida a uma fábrica sejam projetados no sistema de relações que liga uma fábrica a outra, uma cidade a outra, uma nação a outra nação. (...) *O proletariado aumentará a produção para o comunismo*, para pôr em prática sua concepção do mundo, para transformar em história sua ‘filosofia’, não para proporcionar novos ócios ou desperdícios aos detentores de papel-moeda (GRAMSCI, 2004, p. 325-327).

De imediato, o que se percebe é uma oposição radical entre as duas posições. Limitar-me-ei a dizer que Marx e Engels expressam, nesse trecho, uma abstração (com traços de utopia, num sentido positivo) ou seja, um momento de quase descolamento da realidade, para pensar o futuro; já Gramsci nos parece embebido pela realidade, pelo existente, ou seja, pela “sociedade da técnica” que desponta a partir do final do século XIX, trazendo entusiasmo e espanto. Justamente por essa oposição que salta aos olhos, talvez o grande desafio seja mediá-las com abstração, observação da realidade e prática política.

Bibliografia

ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 7 ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

BARATTA, Giorgio. *As Rosas e os Cadernos: O pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 1987.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, Curitiba, p. 63-78, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*, 2 vols (1910-1920). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do cárcere*. vol. 1, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984. pp. 375-413.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na Civilização do Automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

JESSOP, Bob. Estratégias de acumulação, formas estatais e projetos hegemônicos. *Idéias*. Ano 14 (1/2). Campinas, 2007.

- LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*, vol. 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.
- LINHART, Daniele. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LINHART, Robert. *Lênin, os camponeses, Taylor*. São Paulo: Marco Zero, 1983.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. Prefácio. In: HELLER, Agnes. *Sociologia de la Vida Cotidiana*. 4 ed. Barcelona: Ediciones Península, 1994, pp. 9-14
- MAAR, Wolfgang Leo. A reificação como realidade social. In: ANTUNES, R. E REGO, W. (orgs.). *Lukács: um Galileu do século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 3ª. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX**, Karl. *O Capital*, Vol. 1/1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: **Boitempo** Editorial, **2004**.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo/Campinas: Boitempo Editorial e Editora da Unicamp, 2002.
- MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NOBRE, Marcos. Lukács e os limites da reificação: um estudo sobre a História e consciência de classes**. São Paulo: Editora 34, **2001**.
- OLIVEIRA, Eurenice. *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- OHNO, Taiichi. *L'esprit Toyota*. Paris: Masson, 1989.
- OHNO, Taiichi. *O sistema toyota de produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- THOMPSON. E. P. *A miséria da filosofia: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.